

Demonstrações Financeiras

Infra6 Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Infra6 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra6 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra6 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.15, em função de correção de erro de atualização monetária das debêntures em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos

em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, possuindo um elevado grau de dependência com relação à estas partes relacionadas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

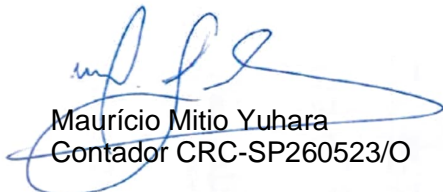
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Maurício Mitio Yuhara
Contador CRC-SP260523/O

Infra6 Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			(reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	1
Impostos a recuperar	-	-	43
		<u>19</u>	<u>44</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	6	63.250	84.500
Investimentos	7	59.901	45.954
		<u>123.151</u>	<u>130.454</u>
Total do ativo		<u><u>123.170</u></u>	<u><u>130.498</u></u>
Passivo			
Circulante			
Debêntures	8	8.352	34.761
Impostos e contribuições a recolher	-	-	1
		<u>8.352</u>	<u>34.762</u>
Não circulante			
Debêntures	8	75.733	87.067
Partes relacionadas	6	72.749	37.179
		<u>148.482</u>	<u>124.246</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	2	2
Prejuízos acumulados	-	(33.666)	(28.512)
		<u>(33.664)</u>	<u>(28.510)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>123.170</u></u>	<u><u>130.498</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
			(reapresentado)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(65)	(78)
Resultado de equivalência patrimonial	7	13.947	2.748
Outras receitas (despesas) operacionais	7	-	(749)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		13.882	1.921
Receitas financeiras	11	805	81
Despesas financeiras	11	(19.841)	(13.731)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(19.036)	(13.650)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.154)	(11.729)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(5.154)	(11.729)
Resultado básico e diluído por ação		(2,5770)	(5,8645)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(5.154)	(11.729)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente	(5.154)	(11.729)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2	(16.783)	(16.781)
Prejuízo do exercício	-	(11.729)	(11.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	2	(28.512)	(28.510)
Prejuízo do exercício	-	(5.154)	(5.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	(33.666)	(33.664)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(5.154)	(reapresentado) (11.728)
Ajustes para conciliar o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Juros incorridos sobre as debêntures	11.752	12.838
Amortização dos custos de captação	740	398
Resultado de equivalência patrimonial	(13.947)	(2.748)
Participações em investidas não controladas	-	749
	(6.609)	(492)
(Aumento) redução nos ativos		
Impostos a recuperar	43	3
Aumento (redução) nos passivos		
Juros pagos sobre as debêntures	(1.296)	(7.761)
Impostos e contribuições a recolher	(1)	-
	(1.297)	(7.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.863)	(8.250)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	56.820	(55.482)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	56.820	(55.482)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de debêntures	-	90.000
Custo de transação	(2.471)	(4.687)
Amortização de debêntures	(46.468)	(21.582)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(48.939)	63.731
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	18	(1)
No início do exercício	1	2
No final do exercício	19	1
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	18	(1)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2019 com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar sala F, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras Companhias como acionista e possui prazo de duração indeterminado.

A Companhia iniciou suas atividades em 31 de maio de 2019, sendo que nesta data aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações onde os recursos foram destinados para a subscrição e integralização de capital social de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), do mesmo grupo econômico da Companhia, a fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente à 5ª Rodada de Concessões Aeroportuárias realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

A Companhia, mesmo tendo seu passivo descoberto, continuará com suas operações, pois está havendo evolução no fluxo de passageiros nos terminais rodoviários, aeroportos e portos em sua investida Socicam infraestrutura e participações, a administração tem ciência que a perspectiva do crescimento sobre esse fluxo é continua tendo uma média de 15% a 25% em nossas operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao valor justo por meio do resultado”. Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB´s) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

2.4. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Reconhecimento inicial e mensuração

- Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.5.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

- A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Mensuração subsequente--Continuação

A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação;

- A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável;

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado;

- Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures): após reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido, exceto o valor recuperável, é constituída uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Debêntures

Os recursos financeiros obtidos através de debêntures são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

São classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após as datas dos balanços.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo.

Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

2.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e os custos incorridos sobre as debêntures e são registrados no período em que são incorridos.

2.12. Resultado por ação (básico e diluído)

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando quando aplicáveis ajustes de desdobramento.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a Companhia deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

*Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)—
Continuação*

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato--Continuação

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

A Companhia não aplicou as alterações aos contratos, visto que não identificou nenhum contrato como oneroso.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)--Continuação

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)--Continuação

Referências à Estrutura conceitual--Continuação

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ter controladas com moeda funcional diferente da Companhia.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)--Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Reapresentação dos saldos correspondentes

As demonstrações financeiras da Empresa estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em julho de 2021, a Empresa firmou um instrumento particular de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, foi elaborada a contabilização da variação monetária (IPCA) de forma indevida pela não assertividade de documentos suporte. Como consequência, as despesas financeiras em 31 de dezembro de 2021 estavam abaixo da realidade. Em dezembro de 2022, a Empresa realizou uma revisão detalhada dos termos e condições do instrumento e constatou o equívoco. O erro foi corrigido com a reapresentação de cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira do exercício de 2021, impactando da seguinte forma:

Impacto no passivo	2021	Ajustes	2021
			(reapresentado)
Debêntures – não circulante	82.320	4.747	87.067
Total	82.320	4.747	87.067
Impacto no patrimônio líquido	(23.763)	(4.747)	(28.510)
Impacto no resultado	2021	Ajustes	2021
			(reapresentado)
Despesas financeiras	(8.894)	(4.747)	(13.731)
Total	(8.894)	(4.747)	(13.731)
Impacto na demonstração do resultado abrangente	2021	Ajustes	2021
			(reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(6.982)	(4.747)	(11.729)
Total	(6.982)	(4.747)	(11.729)
Impacto na demonstração da mutação do patrimônio líquido	2021	Ajustes	2021
			(reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(6.982)	(4.747)	(11.729)
Total	(6.982)	(4.747)	(11.729)

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Reapresentação dos saldos correspondentes

Impacto na demonstração do fluxo de caixa	2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(6.982)	(4.747)	(11.729)
Juros incorridos sobre as debêntures	8.091	4.747	12.838
Total	(1.109)	-	(1.109)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1. Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas no período demonstrado.

3.1.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

a) *Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

a) *Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas* --Continuação

As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i) Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii) Risco de compliance

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

ii) Risco de compliance--Continuação

Para evitá-lo a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia.

iii) Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício da atividade da Companhia.

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iv) Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interno quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia.

São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta.

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Riscos financeiros--Continuação

O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as Companhias do grupo e ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

ii) Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política da Companhia do grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras (a)	<u>19</u>	<u>1</u>
	<u>19</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras são representadas principalmente por aplicações no fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF Referenciado DI, com baixo risco e alta liquidez apresentando remuneração média de 97,47% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

6. Partes relacionadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.	2.574	2.574
Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda	60.676	81.926
Ativo não circulante	63.250	84.500
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	72.749	37.173
Socicam Administração. Projetos e Representações Ltda	-	6
Passivo não circulante	72.749	37.179

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela entidade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de suportar a operação das concessões naquelas entidades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários basicamente operações de investimento.

7. Investimentos

	% - Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda.	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	62,50	62,50	95.842	73.526	22.316	4.398	59.901	45.954	13.947	2.748
Total							59.901	45.954	13.947	2.748

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	45.954	43.955
(+) Resultado de equivalência patrimonial	13.947	2.748
(-) Ganho (perda) com transações com acionistas	-	(749)
	<u>59.901</u>	<u>45.954</u>

8. Debêntures

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Debêntures	86.556	(reapresentado) 122.568
(-) custo de transação	(2.471)	(740)
	<u>84.085</u>	<u>121.828</u>
Circulante	8.352	34.761
Não circulante	75.733	87.067
	<u>84.085</u>	<u>121.828</u>

8.1 Características da emissão

Em 31 de agosto de 2022, conforme termo assinado, a Companhia quitou a 1ª emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

Em 23 de julho de 2021 a Companhia fez a 2ª emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$90.000, na data de emissão sendo 90.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$1.

As *debêntures* terão prazo de vigência de 102 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de janeiro de 2030 com amortização mensal.

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 10,00% ao ano, conforme aprovação em AGE realizada em 22 de julho de 2021.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.2 Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2022:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2022	-	23.907
2023	8.352	20.799
2024	9.911	9.879
2025	10.902	10.867
2026	11.993	11.954
2027	13.180	13.150
2028	14.524	14.465
2029	15.962	15.912
2030	1.732	1.635
	<u>86.556</u>	<u>122.568</u>

8.3 Garantias

As *debêntures* possuem as seguintes garantias reais:

- Fiança da Socicam Administração de Projetos e Representações Ltda.;
- Fiança da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.;
- Fiança do acionista Sr. José Mario de Freitas;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios não imobiliários dos estacionamentos dos Terminais Rodoviários Tietê e Barra Funda, atuais e futuros, durante a vigência da emissão, com valor projetado de R\$ 159 milhões.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Planner Corretora de Valores S.A.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.4 Cláusulas restritivas (covenants)

A *debênture* emitida possui cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são:

- (i) Inadimplemento pela Companhia (ainda que na condição de garantidora) de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$3.000;
- (ii) Não observância pela FMFS - Participações e Empreendimentos Ltda. (Empresa do mesmo grupo econômico da Companhia) os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social:
 - (a) Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a:
 - (i) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
 - (ii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
 - (iii) 2,80 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

A Diretoria monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

8.5 Movimentação das debêntures no período

A movimentação das *debêntures* no período é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	122.568	53.760
Liberação	-	90.000
Juros incorridos	11.752	8.091
Amortização do principal	(46.468)	(21.582)
Amortização de juros	(1.296)	(7.761)
Outros	-	60
Saldo final	86.556	122.568

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.6 Movimentação dos custos de transação no período

A movimentação dos custos de transação no período é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	740	(reapresentado) 1.138
Adições	2.471	-
Amortização	(740)	(398)
Saldo final	<u>2.471</u>	<u>740</u>

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$2 e está representado por 2.000 ações ordinárias no valor de R\$1 (valor expresso em reais) cada.

10. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados	(22)	(42)
Outros tributos, taxas e contribuições	(43)	(36)
	<u>(65)</u>	<u>(78)</u>

11. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		(reapresentado)
Receita com aplicação financeira	805	81
	<u>805</u>	<u>81</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(1)	(4)
Juros sobre debêntures	(11.752)	(12.838)
Custo na emissão das debêntures	(6.898)	(398)
Outras despesas financeiras	(1.190)	(491)
	<u>(19.841)</u>	<u>(13.731)</u>
	<u>(19.036)</u>	<u>(13.650)</u>

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Membros da Administração

José Mario Lima de Freitas
Diretor Geral

Augusto Ricardo von Ellenrieder
Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento

Eduardo Buzam Júnior
Contador – 1SP243887/O-3
